

OS CONSTRUTORES DO IMPÉRIO E OS ICONOCLASTAS

Ultimamente alguns utópicos esquerdistas cidadãos e pseudo progressistas, intitulado-se professores e historiadores, portugueses e também burocratas iluminados catapultados para cargos de nível elevado na União Europeia, têm dado à estampa e no ciberespaço, argumentação advogando a necessidade de os Estados europeus com um passado colonial, nomeadamente Portugal, alterarem o ensino da História, em que se enaltece o espírito de aventura dos navegadores e a sua acção civilizadora, para um enfoque redutor na escravatura a que sujeitaram, durante um certo período, os povos africanos, omitindo despidoradamente que estes já praticavam o escravagismo entre eles, antes da chegada dos europeus.

Senti agora uma pulsão para aprofundar um pouco mais este momentoso assunto, devido ao bom conhecimento que tenho do antigo Ultramar português por ter nascido em Gôa nos idos dos anos quarenta do século passado, onde vivi dez anos, seguidos de dois em Cabo Verde, cerca de três em Angola e três na Guiné, estes últimos em zona de campanha e, mais tarde, quatro anos em Macau, China.

Segundo aqueles destruidores de imagem e cingindo-me agora ao nosso País, os portugueses precisam de aprender a exprimir a sua contricção pelas nefanda acção dos seus antepassados colonizadores, reduzindo-os à categoria de execráveis escravagistas, incentivando inclusivamente os responsáveis políticos lusos actuais a apresentarem pedidos de desculpas aos Estados africanos lusófonos, pela sua cruel acção colonizadora. Alguns daqueles iluminados advogam mesmo a retirada das placas onomásticas de ruas e avenidas que justamente eternizam heróis como Vasco da Gama, Afonso de Albuquerque, Mouzinho de Albuquerque, Hermenegildo Capelo, Roberto Ivens, e muitos outros Construtores do Império militares e civis.

Ora, em meu entender, salvo melhor opinião, o ensino da História de Portugal às novas gerações, não deve escamotear as vertentes negativas da colonização, como a época do trabalho escravo, mas

precisa de sublinhar, numa perspectiva planetária, os importantes aspectos positivos de que nos devemos orgulhar, ao fazer evoluir os povos do tribalismo, uma galáxia de mundos humanos isolados, evitado de ódios étnicos, algum canibalismo e escravagismo, onde a comunicação é feita com um número reduzido de vocábulos, para uma cultura hegemónica utilizando o português, idioma avançado, com milhares de palavras, capaz de alargar o pensamento para além do horizonte e de exprimir muito mais ideias, catalizando o acesso do ser humano à evolução e à cidadania plena em direcção a um mundo unitário, global.

A História deve ser apresentada aos jovens à luz de um quadro da evolução da Humanidade, explicando os aspectos positivos e também, evidentemente, os negativos, criando a emulação que os motive a serem cidadãos ainda melhores do que os seus avoengos. Os portugueses querem-se descomplexados e motivados para continuar a cooperar com os povos dos actuais Estados independentes lusófonos que ajudaram a criar em laboriosas fadigas e com enormes sacrifícios.

Como disse o cientista israelita Yuval Noah Harari no seu livro “Sapiens, História Breve da Humanidade”, é preciso olhar a História alcandorando-nos ao ponto de vista de um satélite espião cósmico, analisando milénios em vez de séculos, percebendo como se desenvolveram as culturas que há cerca de 70.000 anos os organismos pertencentes à espécie “Homo Sapiens” começaram a formar. Veríamos então como os impérios colonizadores conseguiram unir diversos grupos étnicos sob uma só alçada política, fundindo assim segmentos cada vez maiores da espécie humana e do planeta, na senda de uma evolução unificadora. Nos últimos 2.500 anos a maior parte dos seres humanos viveu sob égides imperiais. Os nossos antepassados, habitantes da península ibérica, por exemplo, foram colonizados pelo Império romano, adquirindo uma língua mais abrangente, o latim e o direito romano, sendo o primeiro a raiz da língua portuguesa e o segundo a base do conceito de cidadania, onde se fundam as leis actuais.

A presença colonizadora lusitana, com relevo para o papel missionário da Igreja Católica, fez evoluir os povos na Índia, em

África, na América do Sul, na China e na Oceania, incentivando o casamento com nativas, proibindo o canibalismo e as guerras tribais, bem como, em Gôa, o “Sati”, isto é, a queima das viúvas na pira dos maridos. Foram desbravados grandes espaços, erigiram-se cidades modernas, demarcando, cartografando e defendendo à custa de esforços inauditos de portugueses e africanos, as fronteiras dos vastos territórios, assegurando o seu reconhecimento internacional mediante a celebração de Tratados. Repare-se na vastidão de Angola, Moçambique e Brasil. Na colonização espanhola, por exemplo, apenas se lhes comparam em dimensão, o México e a Argentina.

Quando o Estado português resolveu, após 25 de Abril de 1974, conceder a independência às colónias, particularmente a Angola e Moçambique, é importante salientar que o grau de desenvolvimento alcançado nos campos da educação multicultural, da saúde, da economia, dos transportes rodó e ferroviários, quando comparado com o dos países africanos limítrofes, é francamente favorável à colonização portuguesa, como pude observar “in loco” há cerca de dez anos, quando visitei a República Democrática do Congo, Os Camarões, o Kénia e o Zimbabwe. Enquanto a colonização inglesa e a holandesa, elitista, gerou o odioso sistema do “Apartheid” na África do Sul, pactuando também na Índia com o sistema de castas, a colonização lusa apostou na miscigenação e criou sociedades multiraciais. Em 1990, no “Royal College of Defense Studies” em Londres, tive o prazer de ouvir um distinto conferencista, professor universitário nigeriano, cujo nome não consigo recordar, analisando a colonização da África, afirmar que a colonização portuguesa havia sido a mais humana de todas.

A concessão apressada da Independência aos territórios ultramarinos pelo Estado português num quadro internacional de “Guerra Fria”, entregando-os aos depauperados “Movimentos de Libertação” sem realizar previamente eleições, provocou como todos sabem o êxodo para Portugal de várias gerações de portugueses, abandonou à sua sorte os milhares de soldados africanos que lutaram ao nosso lado e lançou os africanos numa longa guerra fratricida que provocou milhões de mortos. A História se encarregará

de julgar os responsáveis directos e remotos que conduziram a essa difícil decisão. Agora, é imperioso estreitar os laços culturais e económicos no âmbito dos Estados de língua oficial portuguesa.

Concluindo e contrariando os iconoclastas, penso que os portugueses se devem orgulhar do seu passado, dos seus Construtores do Império, do enorme contributo, de saldo largamente positivo que deram à humanidade e que continuam a dar, contribuindo para o avanço do Homem na senda do progresso.

E, nesta perspectiva e a propósito do que foi referido no início desta intervenção, sustento que as placas toponímicas e os monumentos aos heróis de antanho devem ser evidentemente mantidos e preservados, para emulação das gerações futuras.